



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2020

**Ata n.º 47**

Aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de catorze de Dezembro e aditamento de dezasseis de dezembro, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emilia Bexiga Santos Rodrigues Sousa;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

**PONTO UM:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de Serviços na área do Direito do Consumo", pelo preço base de 18.000,00€ + IVA;-----

**PONTO DOIS:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público com publicação no JOUE para "Aquisição e Instalação de Sistema de Videovigilância", pelo preço base de 639.100,00€ + IVA;-----

**PONTO TRÊS:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público para "Fornecimento contínuo de Equipamentos e Consumíveis Desinfetantes destinados à prevenção da contaminação por COVID-19 para o Município de Albufeira", pelo preço base de 180.000,00€ + IVA; -----

**PONTO QUATRO:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público para "Fornecimento contínuo de Equipamentos de Proteção Pessoal face à contaminação por COVID-19 para o Município de Albufeira", com o preço base de 150.000,00€ + IVA;-----

**PONTO CINCO:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento à Consulta Prévia para "Fornecimento contínuo de Produtos de Drogaria e Ferramentas", até ao limite de 74.000,00€ + IVA;



**PONTO SEIS:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de Serviços - Plano de Gestão e Conservação para o Narcissus Willkommii, caracterização Botânica e Faunística do Geossítio Planalto do Escarpão e Cartografia de Habitats do sítio da Ribeira de Quarteira", com o preço base de 14.500,00€ + IVA; -----

**PONTO SETE:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para o "Fornecimento contínuo de Tintas, Diluentes e Acessórios de Pintura", até ao limite de 74.000,00€ + IVA; -----

**PONTO OITO:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento Consulta Prévia para "Fornecimento contínuo de Cimento, Argamassa, Impermeabilizantes, Tijolos, Areia e Cal, Ferro e Aço para construção, Calçada, Lajetas e outros Materiais de Construção para diversos serviços do Município de Albufeira", até ao limite de 72.000,00€ + IVA; -----

**PONTO NOVE:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para "Fornecimento contínuo de Material de Higiene e Limpeza", até ao limite de 74.900,00€ + IVA; -----

**PONTO DEZ:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para "Aquisição de Serviços de Implementação, Sinalização e Homologação de Percurso Pedestre - PR4, e Interpretação por Painéis Informativos de vários pontos de interesse/Geossítios na Freguesia de Paderne", com o preço base de 35.500,00€ + IVA; -----

**PONTO ONZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Aquisição de Serviços para Manutenção e Conservação dos Sistemas Elevatórios de Águas Residuais do Concelho de Albufeira", com o preço base de 76.000,00€ + IVA; -----

**PONTO DOZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público com publicação no JOUE para "Prestação de Serviços de Manutenção e Assistência Operacional Ambiental", com o preço base de 400.000,00€ + IVA;-----



**PONTO TREZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de Licenciamento, Manutenção e Helpdesk do Sistema de Gestão Documental - EdocLink", com o preço base de 63.897,00€ + IVA;-----

**PONTO CATORZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de Projeto de Segurança de Incêndios para os Paços do Concelho, incluindo Especialidades", com o preço base de 13.520,00€ + IVA;-----

**PONTO QUINZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público para "Execução da Empreitada de Remoção de Amianto em Edifícios Escolares", com o preço base de 415.000,00€ + IVA;-----

**PONTO DEZASSEIS:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público com publicação no JOUE para "Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança Humana, em vários locais, Equipamentos e Eventos do Município de Albufeira", com o preço base de 415.095,75€ + IVA;-----

**PONTO DEZASSETE:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para "Fornecimento Contínuo de Materiais de Canalização", até ao limite de 71.000,00€ + IVA;-----

**PONTO DEZOITO:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para "Aquisição de Serviços de Limpeza no Complexo das Piscinas Municipais e de Sete Pavilhões Desportivos em Albufeira", com o preço base de 38.211,00€ + IVA;-----

**PONTO DEZANOVE:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º



8/2012, de 21 de Fevereiro, bem como nos n.s 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, referente ao Concurso Público para "Empreitada de Execução do Canil Municipal"; com o preço base de 699.999,89,00€ + IVA;-----

**PONTO VINTE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, bem como nos n.s 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, referente à Candidatura "Remoção de Fibrocimento na Escola Secundária de Albufeira, no âmbito do Aviso ALG-73-2020-14";-----

**PONTO VINTE E UM:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, bem como nos n.s 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, referente à Candidatura "Remoção de Fibrocimento na EB 2,3 D. Martim Fernandes, no âmbito do Aviso ALG-73-2020-14";-----

**PONTO VINTE E DOIS:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente ao Contrato de Concessão e Fixação das Respectivas Condições Gerais do "Concurso Público Internacional para a Concessão da Rede de Transportes Urbanos de Albufeira (Rede Giro);-----

**PONTO VINTE E TRÊS:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Assunção do Compromisso Plurianual do "Concurso Público Internacional para a Concessão da rede de Transportes Urbanos de Albufeira (Rede Giro)";-----

**PONTO VINTE E QUATRO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, no âmbito da alínea q) do nº1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, da "Proposta de desvio de caminho público, na Ilha da Madeira, Freguesia da Guia;-----

**PONTO VINTE CINCO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 10º do decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, do "Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2020-2029";-----

**PONTO VINTE SEIS:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de Serviços



de Vigilância e Segurança para o Centro de Saúde de Albufeira”, pelo valor proposto de 3.317,00€ + IVA;-----

**PONTO VINTE SETE:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para “Locação de WC`s para o Mercado Quinzenal de Janeiro”, pelo valor proposto de 740,00€ + IVA;-----

**PONTO VINTE E OITO:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura “Instituto de Emprego e Formação Profissional - Contrato de Emprego-Inserção (CEI) - Centro de Bem Estar Animal - Prorrogação do Processo 047/CEI/20 IEFP”;-----

**PRESENCAS:** Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), João Alexandre Sequeira Jorge da Silva (PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Raquel Carolina Madail Pinto Reis (suplente PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Rui Pedro Dâmaso Borges Gago (suplente PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (suplente CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Hugo Miguel Isidro Aires (suplente PAN), Gaspar Manuel Rocha Meirinho (PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (suplente PSD), bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - Miguel Coelho. -----

**Faltas:** Fernando Cabrita, Vítor Vieira, Renato Pimenta, Vera Belchior, José Sequeira.

**Substituições:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Raquel Reis, Rui Gago, Cândido Reigado, Hugo Aires e Rui Bernardo.- Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaros Dinis, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luísa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. -



Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão iria ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

Carlos Santos: "Boa noite, cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia e na sua pessoa, todas as deputadas e deputados desta Assembleia, Senhor Presidente da Câmara e na sua pessoa, a Senhora Vice-Presidente e restantes membros do executivo da Câmara. Vou tentar ser o mais sucinto possível nos três ou quatro assuntos que aqui me trazem. O primeiro tem a ver, enquanto pequeno empresário deste concelho e com alguns interesses em lojas no centro da cidade, agradecer ao Senhor Presidente da Câmara e ao Município a verba que foi disponibilizada, de cerca, tanto quanto sei, de um milhão de euros para a ajuda àqueles que cumpriram os requisitos que foram solicitados pela Câmara. Não vieram nem resolvem o problema total desses empresários, mas de qualquer das maneiras é uma ajuda significativa, tendo em conta que o ano está a terminar e que estou seguro que algumas das verbas não foram totalmente utilizadas, deixo aqui a sugestão ao Senhor Presidente da Câmara que no ano de dois mil e vinte e um repita esse apoio, porque o inverno que hoje começa não deixa de ser um inverno continuado do ano de dois mil e dezanove e do ano de dois mil e vinte. Como todos sabem, não houve praticamente aquela chamada época alta em dois mil e vinte e portanto, os dois, três, quatro meses que aí se avizinham vão ser difíceis para todos os munícipes e para o pequeno tecido económico de Albufeira. Posto isto, gostaria de falar enquanto representante de uma IPSS em Albufeira, e também aí, agradecer ao Senhor Presidente da Câmara e ao executivo todo o apoio que tem sido dado às IPSS neste concelho, nomeadamente e falo da AHSA, que como sabem, tivemos um protocolo, logo a seguir à declaração do Estado de Emergência, por parte do Senhor Presidente da República, de aquilo a que designamos na altura, "Resposta Já", foi um importante, talvez pouco divulgado, contributo para que muitas famílias naquela situação de desespero, que foi o início da pandemia, tivessem alguns dos seus problemas resolvidos, nomeadamente em apoio de medicação, em apoio de pagamento de faturas de água, energia, rendas até, etc. A Câmara, na altura, celebrou com a AHSA um protocolo no valor de quarenta mil euros, esse valor foi praticamente gasto no apoio a cerca de duzentas e oitenta agregados familiares, que na altura foram efetuados mais de setecentos pagamentos e que na realidade resolveu, naquela altura,



o problema a muitos dos munícipes. O verão, na altura não existiu, muitas pessoas vinham de um inverno difícil, não tinham trabalho e foi uma ajuda importantíssima. Não sei quem é o responsável ou a responsável pelo departamento de comunicação da Câmara, mas creio que nos *outdoors* que se viram no município, porque uma parceria implica sempre um outro parceiro e não vi, lamento, já dei conhecimento disso ao Senhor Presidente, que a ASHA na altura não tivesse sido, digamos valorizada no trabalho, quanto a nós extraordinário que fez, nesse protocolo. Realço também que em Junho iniciou-se com outras IPSS um outro protocolo, que se mantém e que da parte da instituição que represento, apoia cerca de quarenta agregados, familiares e que tem vindo a decorrer com toda a normalidade. Por último e porque o tempo que o Senhor Presidente da Assembleia me deu é de apenas cinco minutos, gostaria de falar enquanto cidadão e munícipe deste concelho. O vosso mandato enquanto representantes nesta Assembleia e no executivo terminará seguramente em meados de Outubro. É um mandato que ficará sempre marcado pela perda trágica, desaparecimento de uma figura que todos nós nesta sala conhecíamos e de quem todos nós eramos amigos. O que aqui queria deixar nesta noite era uma sugestão, que antes deste mandato acabar e penso que ao dizer estas palavras estou a ir ao encontro de algumas pessoas com quem falei, não sei neste momento se a comissão de toponímia continua, devido às circunstâncias da pandemia, em reuniões, penso que não. Mas queira deixar aqui uma sugestão, no sentido de, e como digamos responsabilidade de todos nesta sala e do próprio executivo, dizia que gostaria de deixar aqui uma sugestão de se dar um nome do Dr. Carlos Silva e Sousa, é a ele que me refiro. Eu tomei a liberdade de sugerir o nome de, penso que avenida porque é a principal entrada de Albufeira, que vai desde a Rotunda da Cocheira, neste momento, até a Rotunda dos Descobrimentos. Mandei fazer uma fotomontagem, vou deixar aqui para que o Senhor Presidente da Assembleia mostre aos digníssimos deputados e deputadas. Fica a sugestão, creio que era bonito, era importante que durante este mandato e antes de ele terminar se tivesse esta lembrança, para com o Dr. Carlos Silva e Sousa."-----

Rosário Gonçalves: "Boa noite a todos, a minha presença é para fazer uma reclamação, aliás mais que uma. Vivo no Jacarandá há e dezasseis anos e desde fins de Agosto, princípio de Setembro não temos luz na urbanização, está tudo às escuras, portanto, venho apelar para que façam alguma coisa, reponham as lâmpadas, liguem a luz, façam qualquer coisa. Além disso, a rua está toda cheia de buracos e dá cabo dos carros, as



sarjetas está tudo entupido e nós pagamos os nossos impostos acho que é para termos as coisas em condições."-----

Eurídice Vieira: "Boa noite a todos, é um bocado repetir o que a minha vizinha já disse, estive na última Assembleia Municipal a falar também da iluminação, na semana passada falei com o Senhor Presidente da Câmara, mandei uma mensagem e o Senhor Presidente da Câmara disse que esta semana ia ter uma reunião com os serviços para saber o que se passava. Como alguns de vocês sabem, sou professora, apelo sempre à participação dos alunos como cidadãos e penso que fiz aquilo que poderia fazer como cidadã, dia onze de Setembro mandei um email para a Câmara Municipal a participar dessa ocorrência, que se mantém, a falta de iluminação pública. A Câmara Municipal respondeu no dia vinte e quatro a dizer que estava resolvido o assunto, em nome do Senhor Presidente da Câmara. Eu gostava que o Senhor Presidente da Câmara me elucidasse o que é que um cidadão, neste caso eu, ou qualquer cidadão de Albufeira pode fazer para combater um bocado a inoperância da Câmara Municipal. Porque estamos numa situação destas, a Câmara Municipal, responde, mas não faz nada. E é uma questão que tem a ver com a Câmara Municipal. Esta semana também constatei que no aldeamento onde moro, está cheio de buracos e constatei qua ao lado, num acesso a quintais foi pavimentado do outro lado da avenida, que agora não me recordo o nome, há um acesso que é só para quintais e foi repavimentado recentemente. Gostava de saber qual era o critério sobre o pavimento."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao Senhor Carlos Santos, referiu alguns apoios já concedidos aos empresários e às IPSS, ou através das IPSS para serem esses mesmos apoios destinados a pessoas carenciadas, no âmbito dos medicamentos e da alimentação, principalmente nestas duas áreas, pagamento das rendas, da água, da luz, por aí fora, um apoio estruturado, digamos assim. Depois falou na repetição, a partir de Janeiro, de um novo apoio aos empresários, vamos estudar essa hipótese, vamos ver a possibilidade que isso tem de acontecer e arranjar novas formas, com certeza de apoios, tal e qual como já tem estado a ser nestes últimos dias, apoios não só ao comercio local mas também a questão dos Táxis, a questão da restauração e há de haver outros mais específicos e outros mais genéricos, com certeza que isso irá avançar, a partir de Janeiro, com outras novas variantes. Relativamente à sugestão de deixar ou atribuir o nome do Dr. Carlos Silva e Sousa à Avenida da entrada em Albufeira, estou inteiramente de acordo, salvo melhor opiniões, aquela ou outro



edifício, enfim, nós cá estaremos para que isso venha a acontecer, independentemente de ser aquela ou outra, é uma sugestão. Terá que passar pela comissão de toponímia, depois a Câmara Municipal irá aprovar essa mesma denominação. A D. Rosário e Eurídice são as duas as mesmas questões, relativamente à questão de iluminação pública, se a professora Eurídice diz que a Câmara não faz nada, fez aquilo que competia na altura, que foi comunicar à EDP para colocar os postes de iluminação pública e as devidas lâmpadas, facto esse que ainda não aconteceu. Amanhã vou fazer uma chamada para o engenheiro, não da administração, mas o engenheiro que é coordenador da zona sul, Alentejo e Algarve, para ver se tem alguma celeridade, no sentido de resolver isso o mais rápido possível. Relativamente à questão dos buracos e das sarjetas entupidas, vou mandar reparar e tratar dessa situação, dentro de pouco tempo isso ficará, com certeza, resolvido. Mas a iluminação não depende, recebeu o ofício a dizer que estava resolvido e não está, está resolvida uma parte, foi enviada para a EDP o pedido, porque a Câmara não resolve questões de iluminação pública, a Câmara apenas identifica os casos, através das pessoas que são os lesados, digamos assim, ou através de uma forma direta e depois comunica para a EDP, a EDP apresenta o orçamento, a Câmara autoriza e a EDP fará a obra. Só que os prazos que a EDP tem praticado nos últimos tempos têm sido muito prolongados e fica tudo um pouco mais complicado. Como disse, amanhã vou tratar de telefonar para o engenheiro e depois digo alguma coisa sobre isso, ver quando é que ele prevê que isso venha a acontecer, segundo os serviços me disseram, não há previsão para isso acontecer, mas eu vou ver se consigo falar com ele, depois posso informar."-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Helena Simões: "Boa noite, vão me perdoar que recorra a cábulas, mas face à mateira que aqui trago, é importante para fazer jus à factualidade. Apesar de já ter enviado um email para a Assembleia Municipal e para a Câmara, nomeadamente na pessoa do Presidente da Câmara, atenta ao facto de ter tomado conhecimento de alguns documentos de natureza pública, mais questões me suscitou. Uma vez que ainda não obtive resposta, aproveito este momento para colocar as questões. Para tal, e variavelmente tenho que enquadrar o porquê das minhas questões. As minhas questões



prendem-se com uma deliberação tomada por unanimidade na passada sessão de Câmara, de quinze de Dezembro de dois mil e vinte, no ponto oito ponto um, que diz *"apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, visando a aquisição de um imóvel, urbanização de Vale Pedras, lote um, freguesia de Albufeira e Olhos de Água"*. O terreno em apreço confronta com vinte e quatro lotes, de moradias unifamiliares, maioritariamente já todas edificadas. Por uma questão de transparência, uma das moradias eu sou vizinha e resido na mesma. Do histórico da Conservatória do Registo Predial de Albufeira consegue-se extrair que o terreno é destinado a equipamentos e espaços verdes de utilização colectiva, conforme AP de dois mil e dez, de dois mil e doze, de catorze de Fevereiro de dois mil e doze e, que à mesma data o dito terreno seria propriedade de Vale de Pedra, construções e urbanizações, Lda., que tanto quanto me recorde terá sido o promotor à data. Mais tarde, nomeadamente em dois mil e nove, surge o segundo aditamento ao alvará de loteamento, do loteamento doze barra noventa e um de treze de Setembro de mil novecentos e noventa e um, em que se pode ler, no dito aditamento alvará de loteamento, nomeadamente no um ponto um ponto seis, *"o lote um, com área de trinta mil e oitocentos metros quadrados destinado a equipamentos e espaços verdes de utilização coletiva anteriormente descrito como área de cedência, é rectificado para lote privado"*, conforme certidão da Câmara Municipal de Albufeira número onze, datada de doze de Dezembro de dois mil e oito, que obviamente também está averbada na conservatória sob a AP oitocentos e oitenta e nove. Em dois mil e doze, o proprietário do terreno a par com mais três sociedades comerciais, cujas estruturas societárias são comuns e das quais destaco as que provavelmente os munícipes melhor conhecerão, e a título de exemplo Vila Magna, Construções Lagarça, para se financiarem hipotecaram dois prédios e treze fracções, sendo que um dos prédios hipotecado foi o lote em questão que serviu de garantia. Em meados de Dezembro de dois mil e dezanove foi solicitado uma avaliação ao lote em apreço pelo município de Albufeira, avaliação essa cujo relatório foi entregue pela arquitecta em meados de Janeiro de dois mil e vinte, ou seja, menos de um mês depois do solicitado. Sendo que a proposta de aquisição foi levada a sessão de Câmara um ano após o pedido de avaliação e onze meses após o relatório de avaliação. Ocorre que, conforme relatório da avaliação existem duas premissas em falta, que impendem sobre o valor final da avaliação grande pressão, sendo os mesmos, avaliação anterior e o preço de aquisição anterior à respetiva data. Sendo que quem trabalha no ramo



imobiliário sabe que são dois elementos, que são duas premissas que condicionam o valor final. Quanto ao primeiro, tendo o lote sido hipotecado, ou seja, dado de garantia, prossuponho que o banco haja avaliado bem, como de costume faz para sua cautela. Quanto ao segundo, se bem que à data, recorde-se em Janeiro de dois mil e vinte efectivamente não havia ocorrido nenhuma transmissão, não poderia se saber o valor comercial, ainda que, uma tenha vindo a ocorrer entre o pedido de avaliação e o presente dia. Em meados de Novembro de dois mil e dezanove, ou seja, escassos dias antes a Câmara Municipal de Albufeira haver solicitado a avaliação à arquitecta, a empresa que ora se propõe a vender o lote em apreço ao município de Albufeira foi constituída com o nome de uma sociedade unipessoal e capital social de quinhentos euros. Obstante as várias mutações da estrutura societária, a recém criada imediatamente acima referida sociedade à data de aquisição do lote que ora se pretende vender ao nosso município partilhava os dois sócios gerentes do concelho, sócios gerentes barra elementos do conselho de administração. Porque nem todas as sociedades são unipessoais ou por quotas. Com três dos quatro garantes da hipoteca que acima referi, ou seja, as quatro sociedades atrás referidas partilham sócios com a mesma sociedade que agora adquiriu o dito lote. Em Março de dois mil e vinte por via de dação em cumprimento os acima referidos sócios gerentes da recém criada sociedade outorgam em representação e na qualidade de sócios gerentes da sociedade Vale de Pedra, construções e urbanizações Lda., entregando o referido lote ao banco credor BCP, em contrapartida da extinção da dívida, pelo menos no que concerne no lote aqui em apreço. Volvidos quatro meses, os mesmos dois gerentes intervêm nova transmissão do mesmo lote, agora comprando por intermédio da sociedade atrás criada, em Novembro de dois mil e dezanove, pelo valor de quatrocentos e cinquenta e sete mil quinhentos e oitenta e seis euros e vinte e cinco cêntimos. Para além de pelo menos para mim ser inalcançável a negociata que possa estar por trás e que ocorreu entre a dação em cumprimentos e a aquisição por esta última sociedade, que partilha gerentes com quem celebrou a dação, a realidade é que agora volvidos apenas quatro meses sobre a compra, os mesmos vão vender ao município por seiscentos mil euros. Ou seja, com um lucro de aproximadamente trinta e um por cento. Assumindo que tal como afiançado o edifício implantado no terreno visa acomodar os serviços incontingente da Polícia Municipal existem aproximadamente trinta mil metros quadrados, que à data se desconhece o uso a dar ao mesmo e que inegavelmente, preocupa quer os proprietários



barra moradores dos vinte e quatro lotes de moradias unifamiliares, quer os demais já edificados ao abrigo do mesmo alvará de loteamento. Em jeito de conclusão, e fazendo uma retrospectiva o alvará de loteamento que inicialmente era público, em sede de segundo aditamento do alvará de loteamento em dois mil e nove desaparece a palavra público e passa a privado, ou seja, revoga as cedências. Em dois mil e doze, o proprietário do terreno, a par com mais três sociedades hipoteca o referido lote, por forma a se autofinanciarem e em meados de Novembro de dois mil e dezanove foi constituída a sociedade comercial que mais tarde, ou seja, em Julho de dois mil e vinte viria a adquirir o lote para agora vender ao município, a referida sociedade comercial, com o capital social de quinhentos euros e que partilha os sócios com as demais anteriores quatro sociedades. Em meados de dois mil e dezanove, e recorde-se, aquando o terreno ainda era propriedade do proprietário originário e se encontrava dado de garantia hipotecária de sociedades comerciais conhecidas, o município solicitou a avaliação do mesmo, sendo que tal ocorreu escassos dias após a criação da atrás descrita e ora envolvida na venda da sociedade comercial. Em Janeiro de dois mil e vinte a arquitecta emite relatório de avaliação, na ausência de elementos preponderantes, tais como a avaliação anterior e preço de aquisição anterior e respectiva data. Em Março de dois mil e vinte o credor hipotecário, banco BCP recebe como dação em cumprimento do devedor e proprietário originário o lote por quitação do valor em dívida. Volvidos quatro meses, ou seja, em Julho de dois mil e vinte, o mesmo credor hipotecário BCP que aceitou o imóvel em dação em incumprimento vende à sociedade criada em Novembro de dois mil e dezanove pelo valor de quatrocentos e cinquenta e sete mil euros, aproximadamente. Recorde-se que a sociedade em apreço partilha os sócios como atrás referi e que no espaço de quatro meses gerou um lucro de trinta e um por cento. Isto leva-me às questões que gostaria de suscitar, as motivações ou razões que estiveram na origem da transmissão deste terreno, que outrora foi do município e que há onze anos voltou para a esfera do privado? A minha segunda questão é, aquando dessa transmissão a Câmara acautelou contratualmente que o privado prosseguiria os fins a que o lote se destinava, e destina? Se sim, porque não accionou as garantias prestadas pelo privado? Pois eventualmente poderíamos estar numa posição de sermos credores ao invés de nos vermos obrigados a adquirir um imóvel que outrora já foi nosso. Quem como e quando foi este negócio proposto? Em virtude de várias premissas terem alterado, por exemplo, uma venda, a situação



pandémica que afeta o mercado e o facto de a avaliação ter mais de seis meses, porque a mesma não foi repetida à luz dos novos elementos? Reconhecendo a importância estratégica do lote, até porque sou vizinha do mesmo, porque estivemos um ano à espera para o adquirir? Porque não fomos directamente à fonte? Até porque recentemente, recorde-se veio a esta Assembleia, uma proposta de direito de preferência de uma das sociedades originárias. Por último, o que se encontra previsto e planeado no lote? Uma vez que para o edificar já se sabe, mas para o lote é uma preocupação dos vizinhos, manter-se-á o fim a que o lote se destina aquando da sua origem? Assegurar-se-á o princípio da segurança jurídica para quem já lá reside e já lá edificou e fez investimentos? Em suma, sem mais delongas gostaria que este executivo a par dos vereadores não permanentes, uma vez que a aprovação foi tomada por unanimidade, sendo todos em conjunto, tentassem de alguma forma arquitectar uma forma de se reestruturar o negócio para que não haja um impacto ou pelo menos um diferencial tão grande na aquisição."-----

Presidente da Assembleia: "Recordo só que o email foi enviado dia dezassete de Dezembro, quinta feira, para a Assembleia Municipal, só para ficar complementado e em ata."-----

Ana Ramos: "Boa noite a todos, venho hoje aqui porque gostaria de deixar uma mensagem de paz nesta época natalícia tão diferente de todas as outras. Vivemos um ano absolutamente difícil, inédito e muito desafiante. Eu, tal como cada um dos Albufeirenses e de todas as pessoas que vivem do seu trabalho, dos seus negócios, viram-se a braços com uma pandemia sem precedentes, com cortes, com o desemprego, com quebras de receitas que jamais poderiam prever e que tão pouco poderiam estar preparados para fazer face. Todos nós tínhamos planos, tínhamos previsões e de repente sem que nada de errado tivéssemos feito para isso, sem que pudéssemos controlar, vimos as nossas expectativas frustradas, vimos os nossos direitos, liberdades e garantias mais fundamentais, a nossa liberdade de circularmos, de viajarmos e até simplesmente de nos beijarmos e abraçarmos. Totalmente limitados. A própria cidade de Albufeira, capital do turismo, uma cidade cheia de pulso, vibrante, cheia de turistas, sobretudo na época estival foi uma sombra do que costuma ser. Em Maio, quando já fazia calor, tínhamos báias que nos impediam de um simples passeio pela praia. Os cidadãos deixaram de poder aceder pessoalmente aos serviços mais básicos, junto da Câmara, da Conservatória, das Finanças, porque simplesmente



fecharam ou limitaram o seu funcionamento. O próprio executivo desta Câmara de repente teve de lidar, para além dos assuntos correntes e normais de uma autarquia, com uma necessidade premente de novas acções, novas medidas, de reorganizar os seus serviços. Os serviços, esses, departamentos e todos os funcionários da Câmara tiveram de se readaptar a novos métodos de trabalho, trabalhar a partir de casa, muitos deles com filhos para dar atenção, também eles em casa, em telescola. Do outro lado da balança, os munícipes necessitavam de seguir com a sua vida, o seu trabalho, os seus projectos, os seus negócios e mais que nunca, necessitavam de esse atendimento de proximidade célere e eficaz. Quaisquer falhas ou métodos menos estruturados nos serviços desta Câmara, mesmo fora dela, agudizaram-se com os desafios do desconfinamento, do confinamento, desta pandemia. Sei que foram muitos os profissionais desta Câmara que deram o seu melhor, enquanto lidavam eles próprios com os seus medos, que se tentavam proteger do vírus e geriam os seus receios profissionais, pessoais, familiares, mas como dizia, sei que grande parte deles deram o seu melhor, fizeram um esforço gigante para dar um pouco mais de si em prol dos outros, com o intuito de atenuar os efeitos gravosos desta pandemia, atender as pessoas, chegar às mesmas, resolver os seus assuntos e prestar um bom serviço público. Tenho a certeza que nunca a Ação Social e quem nela trabalha diariamente, em tão pouco tempo teve tanto por fazer, ajudando os munícipes mais carenciados, alguns sem que nunca se tivessem visto nesta situação. Nunca o papel de proximidade dos Presidentes da Junta de Freguesia teve tanta relevância. Foi um ano atípico, escolas a fecharem, telescola, álcool gel, regras de distanciamento, planos de contingência, setas, desinfeção de espaços e máscaras. Todos nós fomos poucos para tantos desafios. Todos nós falhamos, o executivo desta Câmara, o atendimento, as lacunas foram mais que muitas, face a tamanhos desafios que vieram sobrecarregar um funcionamento que de si já tinha bastantes dificuldades. Mas sei que em geral nunca passamos por tanto, nem nunca nos esforçamos tanto. Porque todos juntos vivemos algo nunca antes vivido. Da minha parte, enquanto membro desta Assembleia, do Partido Socialista, como albufeirense que sou, profissional, filha, esposa e mãe, vim aqui muitas vezes contestar, criticar, questionar métodos e vim aqui muitas vezes criticar os serviços e o funcionamento desta Câmara. Fi-lo no meu sentido de dever, enquanto membro desta Assembleia, enquanto oposição construtiva ao executivo e enquanto albufeirense, quero acima de tudo, que saibam que nunca nenhuma das minha



palavras e intervenções nem nenhuma das palavras dos meus camaradas do Partido Socialista visaram a desvalorização e a crítica gratuita do trabalho de cada um de vós. Senhor Presidente da Câmara, Vereadores permanentes, senhores funcionários, ou quaisquer outros membros do executivo ou dos serviços ou departamentos. Visaram sim, elevar a discussão, apresentar propostas, que quanto a nós valorizavam mais o município e que muitas vezes eram contrárias à posição do executivo, que quanto a nós tinham uma forma ou visão errada. Visaram que trazer para cima da mesa a discussão de problemas, muitos deles já crónicos, procurando a vossa maior e melhor atenção para os mesmos, tendo em vista sempre a busca de soluções, da transparência, da prestação do melhor serviço público para os cidadãos de Albufeira. De incentivar a assunção de responsabilidades por quem tem dever e está melhor posicionado para as tomar. Visar a exigência de uma visão estratégica, mais planeada, com menos navegação à vista. Uma ação mais planeada, como disse, e menos reativa. Dois mil e vinte e um será um ano ainda mais desafiante, porque carrega a bagagem, os problemas, as consequências de dois mil e vinte. Mas dois mil e vinte e um carregará também os sonhos, a esperança de todos os munícipes desta cidade, que esperam recuperar, reerguer-se ou tão simplesmente normalizar e estabilizar. Não os podemos desiludir. Por isso, desejo muita força, muita capacidade de trabalho, discernimento e clarividência a todos. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores permanentes e não permanentes, Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, Senhores Membros desta Assembleia, Senhores Funcionários da Câmara, todos os Albufeirenses um Feliz Natal, muita força e saúde para dois mil e vinte e um, porque o vosso sucesso é o nosso sucesso."-----

Francisco Oliveira: "Boa noite Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caríssimos deputados e deputadas desta Assembleia, eu trago aqui hoje uma questão que não gostaria de ter trazido, porque é um assunto pessoal, é um assunto que me diz respeito, mas de qualquer das maneiras convinha fazer e marcar aqui alguma posição. Infelizmente, apesar de nos primeiros tempos ter havido algum acordo cavalheiro, no sentido da marcação das reuniões e das Assembleias Municipais em datas em que eu posso estar presente, tenho verificado que ultimamente não tem acontecido. Tenho tentado, falei com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, enviei também alguns telefonemas, tentei contactar, mas realmente não foi possível e de facto, não querendo levantar qualquer tipo de questão, trazia aqui só algumas das



regras que neste momento existem e que efectivamente fazem parte do nosso ordenamento jurídico. Basta olhar para a constituição que diz que ninguém pode ser prejudicado na sua colocação, no seu emprego, na sua carreira profissional, ou nos benefícios sociais a que tenha direito, em virtude do exercício de direitos políticos ou do desempenho de cargos públicos. O artigo décimo nono também do estatuto dos deputados, faz referência a esta matéria, dando a referida indicação, dezanove número um, passo a citar: "os deputados não podem ser prejudicados na sua colocação, nos seus benefícios sociais, no seu emprego ou função permanente ou eventual por virtude do desempenho do mandato." Eu relembro também, que há muitos anos uma Presidente da Assembleia da República, penso que a única Presidente da Assembleia da República, a Senhora Dra. Assunção Esteves, emitiu uma declaração e uma comunicação que enviou aos municípios, no sentido que de facto, estas marcações fossem feitas de acordo com os vários titulares de cargos políticos. Como digo, não faço disto confusão, quem me conhece sabe que eu raramente falto às Assembleias Municipais, durante vinte anos vou estando por cá, é raro realmente faltar. Sempre que nos é pedido, no caso do Senhor Presidente da Câmara, às vezes não ter disponibilidade, ou nós não termos disponibilidade para o fazer, sempre disponível e desde que realmente não haja problema. Gostaria só de deixar aqui esta nota, para que em situações futuras isso acontecesse. Esta é a questão que eu aqui traria nesse sentido. A segunda questão, tem a ver com uma referência feita por um ilustre munícipe que já não está, Carlos Santos, sobre a possibilidade no próximo ano de dois mil e vinte e um a Câmara Municipal ter a possibilidade de fortalecer, por assim dizer, tudo aquilo que sejam os apoios à população. Devo referir que há já um compromisso, compromisso esse que o Senhor Presidente da Câmara e com os Vereadores do Partido Socialista, ele foi posto já aquando da aprovação do orçamento, o Senhor Presidente da Câmara teria referido que aquando a aprovação da conta da gerência, que agora como sabemos até está mais facilitada e não necessitamos de estar à espera estes meses para aprovação da mesma, esses valores seriam reforçados e muitos de nós necessitamos desse reforço. Portanto, não só a ajuda que o nosso munícipe Carlos Santos deu, como a ajuda que efectivamente ou as propostas feitas pelos Vereadores do Partido Socialista. A questão que gostaria de pôr aqui e de finalizar, tem a ver com a questão do edifício do MFA e saber exactamente como é que está esta situação. Sabemos que há investigações, tudo mais, mas também tenho conhecimento que existe um valor que



diria, um fundo, a fundo perdido destinado ao equipamento ou à valorização ou à transformação e manutenção daquele edifício. Quer dizer, não só o edifício foi adquirido há cerca de três anos, como estamos em vias de poder eventualmente não conseguir executar esses valores correspondentes ao equipamento e aquilo que é necessário. Gostaria também que nos respondessem a esta questão, porque para além do edifício não funcionar e estar efectivamente parado, com os valores que se gastaram, com os problemas que trouxeram, estamos agora em vistas de perdermos também algum financiamento a fundo perdido para o equipamento do mesmo."-----

Vereador Ricardo Clemente: "Não posso deixar de falar, porque a questão é grave e merece que digamos aqui alguma explicação da nossa parte. Nós estamos à vontade para falar sobre este assunto, uma vez que no passado votamos contra a aquisição do edifício do MFA, porque achávamos que aquilo não se tratava de um bom negócio para o município, e nessa altura tínhamos uma informação maior, que nos permitiu votar contra aquilo. Nesta situação concreta, que aqui foi mencionada, nós tivemos acesso à minuta do contrato e à avaliação, ou seja, tudo aquilo que aqui foi explicado nós não tivemos conhecimento, nem tão pouco foi explicado pelo Senhor Presidente, não sei se ele saberia ou não, se na altura estava em condições de nos poder explicar. Foi isso que nos levou a votar favoravelmente aquela proposta, porque achávamos, dadas as explicações que ali seria levado a cabo a Polícia Municipal e no espaço exterior seria feito ali um jardim, um espaço verde com dimensão, por forma a acudir aquela zona toda. Daí a nossa votação ter sido favorável, agora, no entanto e com estas explicações todas, de facto deixa-nos preocupados. Fiquei a conhecer aqui aquilo que já devia ter conhecido, eu e os vereadores não permanentes, porque às vezes temos dificuldades sim, em saber as informações, nós temos pedido muitas vezes relatórios, processos e essas informações não nos chegam, e neste caso concreto, naturalmente que amanhã temos reunião de Câmara, falaremos sobre ele se assim de facto for o entendimento do Senhor Presidente e da restante equipa da vereação e iremos perceber melhor o que é que se está a passar e naturalmente que da minha parte e dos vereadores não permanentes haveremos de levar isto às últimas consequências para averiguar o que aqui se passou. Porque nós não estamos aqui a fazer negócio imobiliário, estamos aqui a representar o povo e a nossa obrigação é zelar pelo bem comum, é zelar por todo o município. Daí, contem connosco para apurar de facto toda a verdade. Eu fiquei espantado ao saber esta informação toda, porque desconhecia, eu e os restantes



vereadores, daí esta minha indignação quanto a esta questão, mas farei tudo para perceber o que é que está em causa."-----

Presidente da Câmara: "Respondendo a esta questão do imóvel deliberado adquirir em reunião de Câmara, que ainda não está adquirido, foi utilizada aqui uma situação em que se utilizou o termo menos transparente, que deveria haver mais transparência, eu não faço a mínima ideia do que é que estaria por trás disto, ou o que é que estará. Evidentemente que quando falado há uns tempos atrás, o Senhor Vereador Rogério falou-me na necessidade de instalar a Policia Municipal e verificou-se que aquela era uma hipótese, ainda em tempos do anterior dono, nada tinha ainda a ver com estes, nem conheço muito bem, são situações diferentes, nem sei o nome da empresa que está em causa. Evidentemente que não é nenhuma situação grave, não o posso afirmar, nem pouco mais ou menos. Evidentemente que agora, perante estas situações vou mandar analisar juridicamente esta situação e vou suspender a aquisição, obviamente. Também não quero estar com a suspeita sempre permanente que andamos aqui a jogar aos negócios. Eu não quero negociar literalmente mais nada para a Câmara Municipal, senão acham que isto é tudo falta de transparência. Há uma dúvida? Sim senhor, há dúvidas, e eu estou cá para esclarecer as dúvidas, também não quero que elas existam, eu quero é que seja tudo claro. Aquilo era apenas e só para instalar a Policia Municipal, que agora temos mais elementos era também para fazer um espaço verde, um jardim. Vou suspender, não vai ser feita a escritura, por enquanto, e vou pedir um relatório muito pormenorizado ao gabinete jurídico desta Câmara Municipal para ver se é possível. Depois trarei aqui à Assembleia com esse conhecimento. A Senhora Deputada Helena Simões enviou, conforme o Senhor Presidente da Assembleia disse, um email dia dezassete, eu só recebi dia dezoito e hoje estamos a vinte e um, quer dizer, não há assim tanto atraso na resposta que ainda não tenho. Não tenho a resposta, sobre se era cedência, se deixou de ser cedência, que não dependeu desta Câmara, não dependeu desta Assembleia, na altura, com certeza que se verificou que não era cedência porque era outra situação diferente. Mas vai ser tudo analisado e vou suspender a aquisição, não vai ser feita a escritura, aliás ainda nem marcada está, não vai ser feita a escritura enquanto não estiver tudo clarificado. Depois, vai vir aqui à Assembleia, para poder usufruir e para poder deliberar, se há alguma coisa a deliberar sobre isso. Para que fique bem claro, as situações são estas, ninguém está aqui a esconder absolutamente nenhum negócio, nenhuma situação menos clara e eu quero que



as coisas fiquem extremamente bem claras, porque só sugeri a aquisição de acordo com aquilo que eu e o Vereador Rogério falamos várias vezes, na necessidade principalmente da Policia Municipal. E como está agarrado a um terreno livre, seria para fazer um espaço verde. Neste momento, não vai ser para nada disso, vai ser suspenso e vou pedir um relatório, como já disse pormenorizado com todas as situações que estejam intrincadas nessa situação para clarificar e desistir ou avançar. Podem crer que há aqui clareza e não há a mínima negociata possível, isso podem ter a certeza e podem estar garantidos com isso. Quanto à Ana Ramos, é verdade, cada um tem as suas opiniões, as opiniões divergem, todas são legítimas, evidentemente, umas são mais viáveis que outras, umas são mais funcionais que outras, cada pessoa tem uma forma diferente de agir e trabalhar, nem todas as pessoas são iguais, não vou contestar absolutamente nada disso, é o que é, agradeço essas palavras de pacificação e de paz, é uma altura disso. Mas independentemente da altura acho que devemos ser sempre pacificadores. O Francisco Oliveira falou na questão das medidas aqui apresentadas, com certeza que isso está em discussão, vai estar em discussão, obviamente aquilo que disse na altura em que se pode chamar o compromisso e com certeza que vai ser cumprido e vai ser discutido. Como disse, umas poderão ser possíveis, poderão ser viáveis e outras, eventualmente, poderão não ser, mas isso é como tudo na vida. Agora que vai ser discutido vai, com certeza que sim. Sobre a questão do MFA está a ser adquirido o imobiliário para se poder fazer a transferência das pessoas."-----

Vereador Ricardo Clemente: "Menciono uma vez mais que nós deliberamos na Câmara Municipal de acordo com a informação que nos chega. E nós andamos aqui sempre a correr atrás do prejuízo. De facto, fico indignado face a esta situação. Se no passado situações menos claras aconteceram, tem a Câmara obrigação de deixar as coisas devidamente claras para nós, vereadores não permanentes que não temos acesso à informação, porque não estamos cá a tempo inteiro, para podermos deliberar em consciência e tranquilos. Porque, aquilo que nos foi dado nesta deliberação foi somente a minuta da escritura e a avaliação. E de facto foi-nos dito e nós concordamos o interesse estratégico daquele espaço. Daí termos deliberado dessa maneira, agora, acho que dadas as circunstâncias, deve a Câmara Municipal na aquisição de um imóvel, procurar saber qual o passado dele. Para que estejamos todos em consciência a votar."-



Vereador Rogério Neto: "Em primeiro lugar quero fazer aqui um parenteses em relação ao que o Senhor Carlos Santos aqui falou, evidente que toda a gente nesta sala reconhece o mérito do Dr. Carlos Silva e Sousa para atribuírmos o topónimo, mas até acho que deve ser muito mais dignificado, numa praça ou num edifício. Também para informar que a avenida que ele menciona já tem nome atribuída há uns quantos anos, é a Avenida Engenheiro Pessanha Viegas. Em relação a esta questão que estão a discutir do imóvel, quero deixar desde já uma palavra de conforto ao Senhor Presidente, porque este assunto tem mais de um ano, que se começou a falar. Eu insisti perante o Presidente porque soube que o grupo Vila Magna, vou chamar grupo Vila Magna, porque não sei quantas empresas são, não conheço ninguém, à exceção do Senhor Jorge quando fui visitar a Vila Magna, nem sequer visitei este edifício, mas como era mesmo necessário arranjar um novo espaço para que conseguíssemos colocar a Polícia Municipal, que iam entrar novos formandos, que iam fazer o curso, iam necessitar de instalações. Estão numa instalação que tem um balneário para dezassete pessoas, o que é complicado, então tive essa ideia e falei ao Senhor Presidente. Se alguém tem insistido com o Senhor Presidente, quando é que se adquire o imóvel tenho sido eu, garantidamente o Presidente, evidente que achou uma boa ideia, concordou com a aquisição do imóvel, iria tratar disso, fez os contactos, é verdade, eu nunca tive esses contactos, mas quem andou sempre a insistir, várias vezes chegava aqui de manhã e ia ao gabinete do Presidente para saber se já havia novidades fui eu. Portanto acho que devo vir aqui esclarecer esse ponto. Hoje de manhã fui confrontado pelo Senhor Presidente, que tinha recebido esse email da Dra. Helena Simões. Falei logo com os serviços, porque eu já tinha falado anteriormente, porque já tinha havido essas suspeições, já tinha havido esses boatos. Vou esclarecer, não tenho aqui os documentos, mas amanhã vou pedir esses documentos. A questão sobre aquele espaço, aquela parcela de terreno ter inicialmente, quando o loteamento foi aprovado constava como cedência ao município, isso é correto. Só que os requerentes, neste caso, fizeram uma reclamação e uma exposição ao município, dizendo que as cedências tinham entregue, porque quando se faz um loteamento, eu não sou da área, mas estas noções tenho, obrigatoriamente por lei tem de haver ou espaço de cedência ou pagar com uma comparticipação financeira ou ceder outros terrenos, outras áreas que tenham o mesmo valor. E foi o que aconteceu. Eles já tinham entregue os terrenos onde está a escola EBSA, onde está o estaleiro do município, que entrou para aquele loteamento e



para mais alguns de certeza. Existe informação dos serviços, que os serviços confirmaram que tinha havido esse erro, que já tinha havido a cedência e daí houve o tal aditamento que agora falam, que passou de público para privado. Eu não vi o documento, mas tenho a certeza absoluta que isso está tudo corretíssimo e bem feito. Em relação à outra situação, que estão a dizer que houve um lucro de cerca de trinta por cento, eu não conheço ninguém, nem sei o nome da primeira empresa que era proprietária, sei que aquilo estava hipotecado ao banco, se não me engano BCP e depois houve uma altura que o Senhor Presidente me transmitiu que a empresa que tinha aquilo, eu não sei qual era, se era Construções Lagarça, se era Vila Magna, nem sei qual era a empresa, e o preço inicial era setecentos mil euros. O Senhor Presidente andou a negociar, que era muito, depois veio a avaliação e negociou-se para ser seiscentos mil. Esse senhor que representava um dia, o Senhor Presidente informou que ele já não conseguia mais vender aquilo, porque o banco ia mesmo ficar com os imóveis, e ele não tinha hipótese de vender os imóveis e que havia um compromisso que o banco a seguir venderia o imóvel à Câmara pelo compromisso que havia verbal, na altura, daquele valor. A posteriori, pelos vistos agora apareceu uma empresa que comprou esses créditos ao banco e que foi a empresa que só agora veio entregar os documentos para o município fazer a aquisição, pelo valor que sempre negociou, ou que sempre se falou, foi sempre esse o valor, dos seiscentos mil euros. Quero deixar aqui uma palavra de conforto ao Senhor Presidente, porque fui uma pessoa que muito o pressionou para conseguirmos arranjar um novo espaço para colocarmos a Polícia. Evidente que temos lá trinta mil metros de terreno para fazer um grande espaço verde para a cidade. Só tenho a lamentar que vamos ficar sem um novo espaço verde para a Polícia Municipal."-----

Presidente da Câmara: "Só para reforçar a questão destes pormenores todos, como digo, vai ficar no relatório que vai ser feito muito pormenorizado sobre esta questão, até lá vai ser suspensa a aquisição. E vou transmitir ao proprietário nesse sentido, se quiser depois vender, neste momento está deliberado comprar, mas acho que se ele quiser vender a outra pessoa que venda, não estou para estar aqui com este tipo de problemas, de maneira nenhuma."-----

Presidente da Assembleia: "Eu já nem sei o que dizer, isto tem sido um mandato em que eu tenho sentido agraciado com as críticas, desde o início. Já não me consigo chatear, porque já só consigo ter alguma ironia para chegar a este ponto. No início deste mandato foi que eu marcava as Assembleias e não cumpria o regimento. Passei a



cumprir o regimento, no meio do mandato estava tudo bem, até um dia que veio a ordem de trabalhos, até houve um dia em que eu dei um despacho aqui nesta Assembleia, no dia vinte e quatro de Fevereiro de dois mil e vinte, não há aditamentos depois dos oito dias. Tem sido cumprido, até agora acabaram-se. Bom, teria que vir outra coisa qualquer, mas enfim. O Senhor Dr. Francisco Oliveira enquanto membro e deputado desta Assembleia Municipal contactou a Segunda Secretária para marcarmos as Assembleias à segunda ou à sexta-feira porque agracia-nos com o facto de ser deputado da nação na Assembleia da República, e como tal, teria de ser ajustado ao seu horário. Ligou-me e desculpe, mas também tenho de ser irónico quando eu não gosto, e os meus pais ensinaram-me que quando eu não gosto tenho que me sentir, porque uma coisa é mentirem, outra coisa é falsearem a verdade, outra coisa é estarem incessantemente a dizer coisas que não são verdade no sentido única e exclusivamente para, como isto é público, tem a televisão e depois conseguem tirar as imagens, não ficam sem resposta que é para termos todos a mesma resposta. Depois para trás podemos ir que fica mais fácil. Ligou-me e eu disse que sempre que fosse possível iríamos marcar, e marquei a primeira e eis que Francisco Guerreiro vem para cima de mim porque marcamos a Assembleia numa segunda-feira e não gostou, ou seja, perguntou porquê e eu expliquei. É muito simples, se os senhores lerem o artigo do regimento e da lei, e diz assim o artigo vinte e oito da lei cento e setenta e seis, de doze de Setembro de dois mil e treze: *a Assembleia extraordinária referida no número anterior deve ser realizada no prazo mínimo de três dias e máximo de dez dias após a sua convocação*. Ou seja, temos um prazo temporal, como também temos temporal assim que ela é solicitada pelo Senhor Presidente da Câmara, que diz que, deve ser convocada com a antecedência mínima de oito dias, por edital ou por carta de aviso. Portanto, nós temos cumprido a lei. E fez muito bem, Senhor Dr. Francisco Oliveira, em invocar a Constituição da República, porque diz que ninguém deve ser discriminado. Então não discriminamos a ele e discriminamos os outros vinte e quatro. Princípio da igualdade, Dr.º Francisco Oliveira, o Senhor está na Assembleia da República, a Constituição da República foi estudada por si, também foi estudada por mim, como outros colegas advogados que estão aqui nesta Assembleia, e não o acuso. Eu também me acuso a esse princípio da igualdade e o Senhor até pode se sentir lesado, agora, não pode dizer publicamente que o é porque não o é. Porque não é a primeira vez que marcamos Assembleias Municipais, e o Senhor está há vinte anos e



sabe que a Assembleia Municipal tem um dia, por acordo de cavalheiros, quarta, quinta, sempre a meio da semana, nunca se fez à sexta-feira, a não ser que seja uma situação excepcional e nunca se fez à segunda-feira. Até pedi à Célia para ir ver as atas e sou capaz de as elencar todas desde o início dos mandatos, desde há quarenta anos até esta data. E esta Assembleia até foi marcada ao calhas, com esta data, fiz disso menção na última Assembleia, não em princípio da igualdade, não em princípio da transparência, em princípio nenhum, a não ser o princípio que havia um prazo para cumprir em função daquilo que era o ofício da Câmara Municipal. Portanto, os Senhores Deputados, tirando aqueles que se abstiveram no regimento, é o regimento que temos. Proponham uma alteração ao regimento e eu cumpro, se for aprovado nesta Assembleia. Não me peça para lhe tomar em especial favor em detrimento de qualquer outro que não o faço. Isso sim, aí é que eu estaria a dar uma desigualdade que é injusta para todos, até para si, porque senão teríamos aqui sempre alguém a dizer que a Assembleia é marcada em prol da sua disponibilidade. E ainda assim, já não é a primeira nem a segunda que foi feita à segunda-feira. Por acaso foi marcada, felizmente foi marcada à segunda, se tivesse sido à quinta, valha-me Deus, já cairia o Carmo e a Trindade. Eu tenho-lhe imenso respeito, sabe que sim, há vinte anos que estamos os dois na Assembleia Municipal. Este ano não tem sido fácil para ninguém, temos tentado conciliar as coisas, temos tentado conciliar e respeitar todos os critérios de segurança, todos os critérios de disponibilidade, os critérios de espaço e não é demasiado trazer a esta Assembleia que cada vez que nós temos uma marcação de uma Assembleia, isto tem de ser uma logística, disponibilidade de espaço da Câmara Municipal, deste espaço, disponibilidade dos Senhores Funcionários para nos garantir a higienização da sala, disponibilidade dos técnicos de som, disponibilidade dos técnicos da informática, sim, de toda a gente. Até a Senhora Secretária disse na semana passada que não poderia vir hoje, eu já dizia que ia ter mais uma crítica por ter marcado a Assembleia e a Senhora Segunda Secretária, mas conseguiu estar, conseguiu reagendar a sua agenda. Porque todos nós o fazemos e estamos cá hoje, e em vez de agradecer o facto de termos hoje Assembleia a uma segunda-feira, o que a pessoa fez? Foi criticar o facto de a outra não ter sido. É o copo meio cheio meio vazio Senhor. Não será agora que vamos começar a fazer à segunda-feira, mas eu tinha de lhe dizer isto. Ouvimos uma mensagem de Natal, de esperança, de solidariedade, mas essa solidariedade tem "dois V's", é o vai e o vem. Portanto, quero acreditar que o que



o Senhor deputado quis efectivamente dizer, foi agradecer o facto de termos feito hoje, respeitando o princípio da igualdade, da oportunidade, não distinguindo ninguém em relação à sua profissão, ao seu sexo, à sua cor e a tudo e à opinião política, mas sim, evocando a igualdade igualzinha, desculpe-me isto, para todos e fazer uma coisa, sempre que for possível marcar à segunda-feira ou à sexta-feira, digo-lhe como me comprometi no telefonema que me fez, a fazê-lo. Agora, há outro mundo para além disso e esse nós também temos de respeitar e é o trabalho invisível que estamos cá para o fazer, e fazemo-lo e conseguimos respeitar, segurança, disponibilidade, a presença de todos e normalmente, se conseguimos fazer como lhe digo, será à segunda-feira, está o meu compromisso, as camaras estão ali, faço-o publicamente. Agora, não me peça para desorganizar tudo, só porque não lhe calha à segunda ou não calha à sexta. À sexta-feira certamente não será, agora, à segunda-feira sempre que for possível será, mas se o for possível, cumprindo todas as regras, mas como lhe digo, o princípio da igualdade para todos desta Assembleia Municipal, todos."-----

Francisco Oliveira: "De facto é a sua perspectiva, mas devo-lhe dizer que não é a primeira nem a segunda vez que tento o contato telefónico no sentido de agendar e de agilizarmos as referidas Assembleias. Não quero ser beneficiado, porque aliás ninguém pode ser beneficiado, mas também não quero ser prejudicado. E a questão que se coloca aqui é que aquilo que foram situações anteriores, o Senhor Presidente sabe isso muito bem, outros colegas meus que já foram deputados também tiveram essa gentileza, por assim dizer, relativamente a esta questão, mas mais do que isso, a verdade é que quando eu invoco a lei e quando invoco a Constituição ela tem critérios definidos relativamente a determinado tipo de situações. Portanto, se a situação é igual, então toda a gente pode ter qualquer tipo de atitude, independentemente das suas razões. O Senhor Presidente referiu que na última Assembleia, eu aliás visionei, alguém disse "porquê às segundas-feiras?", mas porquê? A pessoa em causa tem algum encargo, trabalha? Tem efectivamente alguma função? Não me parece. Agora a questão que se coloca é esta, se efectivamente a forma de fazer é realmente ganhar na secretaria e efectivamente não fazer a marcação das reuniões para que não esteja presente, muito bem, eu deixarei essa questão aqui. É que também a verdade tem que ser dita e tem de ser dita da forma direta, como o Senhor Presidente às vezes o entende. É nesse sentido que eu também refiro Senhor Presidente, até agora, durante vinte anos, nunca coloquei a questão, quando me sinto ofendido e quem não se sente não



é filho de boa gente é neste caso que eu realmente coloco a questão. Se quiser enveredar por aí, podemos enveredar, agora, o que é fato é que é ao Senhor Presidente que cabe marcar a Assembleia, eu já referi aqui várias vezes que, até por razões relacionadas com a agenda do Senhor Presidente se alteraram muitas vezes Assembleias Municipais, não foi por essa razão que se levantou o problema, portanto queria e quero e exijo efectivamente que seja feito o mesmo, até porque as situações anteriores, e situações que demonstram que outras pessoas nomeadamente o nosso ex-Presidente Carlos Silva e Sousa, eram marcadas também em função da sua disponibilidade."-----

Presidente da Assembleia: "Vou-lhe dizer que o telefonema que se refere para alteração da data da sessão foi uma única vez e foi o Senhor Presidente que o pediu. O Senhor já fez referência que não era a primeira vez que se alterava a sessão, foi uma única vez que o Senhor Presidente da Câmara pediu e eu liguei para si e aos líderes de bancada em que solicitei a concordância para não respeitarmos os oitos dias. Todos anuíram e portanto fizemos a sessão um dia antes em relação ao prazo que estava. Senhor deputado incito-o a fazer essa informação e se eu estiver errado, também aqui publicamente lhe peço desculpa. Depois, já agora, lá está outra vez as minhas questões pessoais, eu infelizmente tenho que trabalhar e nem sempre estou disponível para atender os telefonemas. Mas, e antes que me responda, eu vou dizer, todos os meus telefones estão reencaminhados para o escritório. E felizmente eu ainda tenho uma secretária que me atende os telefonemas todos. Se for assim o caso, aqui tenho agora um aviso público e ela certamente se estiver a ver levará a reprimenda constante em prol daquilo que é o direito de denúncia publico na Assembleia Municipal. Pois pregará sempre alguém Senhor deputado, senão estamos a perder quase meia hora com isto. E repare, que o princípio da igualdade é tanto que estamos quase há meia hora a discutir a marcação da Assembleia Municipal porque o Senhor não pode. E não estamos a falar de outros membros que pediram substituição hoje porque não podem, que será certamente por questões profissionais, ou por questões familiares, há sempre alguém que não pode, Senhor Deputado. Mas eu entendo que o que o Senhor efectivamente quer dizer, está a agradecer termos feito hoje e o Senhor pode estar presente, senão teria de ser por interposta pessoa e também não íamos querer isso porque já se saberia que hoje viria isto à questão. Eu tenho imenso gosto em o ter cá, senão não teríamos uma Assembleia tão elaborada e tão emotiva, não será e acredite que não é



para estar ou não estar presente. Elas são marcadas e pode acreditar que tenho-lhe a máxima consideração. Como disse aqui, a consideração que lhe tenho é profissional, é pessoal e tenho orgulho que esteja na Assembleia da República e como tal, é prazeroso também tê-lo aqui presente que nos alegra e enriquece a partilha e a discussão política. Mas chamo-lhe a atenção para uma coisinha pequenina, certamente tem um colega seu, na Assembleia da República e que também era seu colega na Assembleia Municipal de Faro, que é Presidente da assembleia Municipal e veja quantas vezes as Assembleias estão marcadas, ele estando presente ou não estando. Peço-lhe só que veja isso. Depois, se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Faro estiver em mais Assembleias que o Senhor Deputado, eu até quase que sou eu a propor a alteração do regimento. O Senhor sabe que é verdade."-----

Francisco Oliveira: "Sendo o Presidente da Assembleia Municipal de Faro quem é, marcará as reuniões em função da sua disponibilidade ou indisponibilidade e muitas vezes não estando disponível. Portanto, é ele que gere e gere da forma como entende gerir. Se efectivamente ele se prejudica, é uma questão pessoal, eu não estou a ver como é que o Senhor Presidente dá a volta à questão. Ele efectivamente assume essa situação, portanto marca em função. Eu não tenho essa visão e como não tenho a capacidade de ser eu a marcar as reuniões, é nesse sentido que eu apelo."-----

Presidente da Assembleia: "Chamo-vos só a atenção e não vou perder muito mais tempo com isto, para os Senhores deputados lerem o regimento, o cumprimento do prazo, que é a lei cento e setenta e seis, para o cumprimento do prazo da marcação das Assembleias, em que nem tudo depende da vontade do Presidente, por muito que o queiram fazer assim tão onipotente, não é. Se alguém não tem o poder da onipresença, o Presidente da Assembleia Municipal também não tem o poder da onipotência, terá outros. Em todas as Assembleias vimos um, este é mais um, portanto, não tecerei mais comentários sobre isto, digo apenas que as Assembleias serão e continuarão a ser marcadas no restrito cumprimento quer do regimento, quer da lei e se, houver disponibilidade para ser a uma segunda-feira ou a uma sexta-feira será feito, caso contrário, o Senhor tem todo o direito a se sentir atingido, indignado, mas em consciência eu acredito que sabe que é apenas um sentimento pessoal e não um verdadeiro."-----

Adriano Ferrão: "Boa noite à mesa e aos presentes, eu acho que este tipo de assunto trazido aqui, desta maneira não dignifica nada esta Assembleia. Depois, para dizer que



ainda por cima estamos numa Assembleia que é publicamente assistida ou televisionada. Também acho, e na minha qualidade de líder de bancada, que é um bocado desdignificante para todos os deputados aqui presentes, pois todos eles têm o mesmo valor dentro desta Assembleia e que no fim de contas estamos aqui a sobrevalorizar, penso eu, demasiado uma só figura. Há aqui outra situação que me parece também algo podre, que é o facto de que, quando o líder de bancada e isso está patente no próprio regimento, ele pode delegar a sua posição de líder de bancada a outro membro da bancada ou da sua lista. O que aqui já foi dito na outra Assembleia é que foi levantada a situação de que estas Assembleias eram marcadas um pouco de maneira a desviarem-se da possibilidade do Senhor Deputado líder da bancada do PS estar presente. Há aqui mais líderes de bancada, todos eles têm essa mesma importância, todos os Deputados que estão aqui têm os seus afazeres, têm as suas obrigações e fazem com sacrifício com certeza muitos deles, o reagendamento das suas agendas, como foi aqui dito, para estarem aqui presentes. Não vejo porquê que o Senhor Deputado não pode ser, no fim de contas, substituído, por outro membro da sua bancada, porque isso também me parece, por outro lado que os outros membros da bancada não têm a capacidade ou de liderança, ou capacidade da dialética, da retórica aqui nesta Assembleia, para estar depois a fazer o seu próprio lugar. Eu não tenho, como líder de bancada do PSD, não tenho o menor problema que se não poder estar aqui presente, por obrigações, em delegar, no fim de contas, as minhas tarefas a outro membro da minha bancada. Isto sem problema nenhum, e penso que em outros partidos aqui, enfim, não têm os elementos suficientes, se passaria do mesmo modo."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

## ORDEM DO DIA

### PONTO UM

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de Serviços na área do Direito do Consumo", pelo preço base de 18.000,00€ + IVA; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01): Leonardo Paço. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

## PONTO DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público com publicação no JOUE para "Aquisição e Instalação de Sistema de Videovigilância", pelo preço base de 639.100,00€ + IVA;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Cândido Reigado: "Em primeiro lugar desejar a todos Boas Festas e que o Ano de dois mil e vinte e um seja um pouco melhor do que aquele que estamos a terminar. Sobre este ponto quero dizer o seguinte: nós não estamos de acordo, ou seja, a CDU não está de acordo com a Instalação se Sistema de Videovigilância pelo seguinte; eu acho que, achamos nós que em vez da instalação de um sistema para vigiar as pessoas, embora às vezes seja necessário dado que à credibilidade da avenida isso acontece, mas não seria melhor a contratação de seguranças pela própria Câmara Municipal, ou até, aí já competia ao estado a fazê-lo, não é, reforçar o contingente da Guarda Nacional Republicana. É que a quantia que está aqui, setecentos e oitenta e seis mil euros, isto



já com IVA, a um salário médio que se pode dizer médio alto dado aos baixos salários que são praticados aí por todo o lado, em especial aqui no Algarve, muito até inferiores até ao salário mínimo nacional, dava para seiscentos e cinquenta e cinco salários. É evidente que isto é uma conta assim feita à pressa porque deste valor depois não seria todo atribuído aos trabalhadores porque uma parte diz respeito também à empresa, neste caso à entidade patronal que também tem de pagar os seus impostos relacionados com os trabalhadores. Mas dava pelo menos para cerca de vinte trabalhadores, supúnhamos que contratavam vinte seguranças para ir patrulhando as ruas da cidade, dava para mais de dois anos de salário para esses trabalhadores, e eram postos de trabalho que se criavam. Portanto nós vamos votar contra este ponto. E é tudo". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

#### **VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: dois (02): Miguel Pinheiro e Cândido Reigado-----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Maria Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

### **PONTO TRÊS**

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público para "Fornecimento contínuo de Equipamentos e Consumíveis Desinfetantes destinados à prevenção da contaminação por COVID-19 para o Município de Albufeira", pelo preço base de 180.000,00€ + IVA;- O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----



**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

#### **PONTO QUATRO**

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público para "Fornecimento contínuo de Equipamentos de Proteção Pessoal face à contaminação por COVID-19 para o Município de Albufeira", com o preço base de 150.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

#### **PONTO CINCO**

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento à Consulta Prévia para "Fornecimento contínuo de Produtos



de Drogaria e Ferramentas", até ao limite de 74.000,00€ + IVA; -----  
 O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

**PONTO SEIS**

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de Serviços - Plano de Gestão e Conservação para o Narcissus Willkommii, caracterização Botânica e Faunística do Geossítio Planalto do Escarpão e Cartografia de Habitats do sítio da Ribeira de Quarteira", com o preço base de 14.500,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de



Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----  
 A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para o "Fornecimento contínuo de Tintas, Diluentes e Acessórios de Pintura", até ao limite de 74.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento Consulta Prévia para "Fornecimento contínuo de Cimento, Argamassa, Impermeabilizantes, Tijolos, Areia e Cal, Ferro e Aço para construção, Calçada, Lajetas e outros Materiais de Construção para diversos serviços do Município de Albufeira", até ao limite de 72.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para "Fornecimento contínuo de Material de Higiene e Limpeza", até ao limite de 74.900,00€ + IVA;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para "Aquisição de Serviços de Implementação, Sinalização e Homologação de Percurso Pedestre - PR4, e Interpretação por Painéis Informativos de vários pontos de interesse/Geossítios na Freguesia de Paderne", com o preço base de 35.500,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

#### PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Aquisição de Serviços para Manutenção e Conservação dos Sistemas Elevatórios de Águas Residuais do Concelho de Albufeira", com o preço base de 76.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

#### PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro,



conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público com publicação no JOUE para "Prestação de Serviços de Manutenção e Assistência Operacional Ambiental", com o preço base de 400.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: " Senhor Presidente, da análise que verifiquei relativamente a este concurso, o prazo é cerca de setecentos e trinta dias, ou seja, de dois anos e diz respeito a "Serviços de Manutenção e Jardins Ornamentais e Recreativos". Isto é mais uma das perspetivas que depois mais à frente também falarei até porque esta ordem de trabalhos tem efetivamente alguns assuntos relacionados com esta estratégia, e que tem a ver com a entrega de muitos dos serviços a entidades terceiras. De facto um ou outro serviço pode ser realmente importante mas se fizermos aqui uma contabilidade de mercearia no final desta Assembleia verificamos que mais tarde ou mais cedo a Câmara Municipal limitar-se-á a receber os impostos e a entregar às entidades que faz *outsourcing*. Eu como digo, depois de fazer realmente aqui esta análise chegaremos ao fim e podemos fazer algumas contas em que o valor anual que o Município irá despende com todos estes *outsourcings* será de tal maneira elevado que juntando àquilo que são as remunerações e as despesas correntes ficará com um limitado valor para fazer face àquilo que é o investimento. Mas mais do que isso é que nalgumas circunstâncias como mais à frente iremos verificar, podemos eventualmente até ficar reféns de algumas empresas que nos fornecem os serviços, porque começámos a ter uma prespetiva de desonerar a Câmara Municipal daquilo que era os serviços necessários, começámos a deixar o pessoal necessário para praticar ou para nos providenciar esses serviços e neste momento a única hipótese que temos é mesmo recorrer a estas entidades que naturalmente irão ternos na mão e levarmos os valores que efetivamente assim entendem. Nós iremos aprovar sem dúvida alguma, não está em causa, mas queremos aqui definir a estratégia a ser seguida será uma estratégia incorreta. Muito obrigado".-----

Presidente da Câmara: "Evidentemente que isso é um forma de ver as situações por esse prisma, mas há outro prisma que é a realidade, que é quando se abre um concurso e nós abrimos concurso variadíssimas vezes durante o ano e raramente alguns



concursos nestas áreas mais operacionais a maior parte deles ficam desertos, daí a grande dificuldade em acontecer isso. Para termos alguma coisa em condições teremos que recorrer sempre a essas situações, essencialmente por isso". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

**PONTO TREZE**

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de Licenciamento, Manutenção e Helpdesk do Sistema de Gestão Documental - EdocLink", com o preço base de 63.897,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de



Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----  
 A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### **PONTO CATORZE**

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de Projeto de Segurança de Incêndios para os Paços do Concelho, incluindo Especialidades", com o preço base de 13.520,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### **PONTO QUINZE**

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público para "Execução da Empreitada de Remoção de Amianto em Edifícios Escolares", com o preço base de 415.000,00€ + IVA;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----



**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### PONTO DEZASSEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público com publicação no JOUE para "Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança Humana, em vários locais, Equipamentos e Eventos do Município de Albufeira", com o preço base de 415.095,75€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, da análise deste documento eu verifico que há vários blocos, nomeadamente para a receção aqui da Câmara Municipal, Edifício de Vale de Pedras, das Feiras e Mercados, já não me recordo todos mas pelo menos o que me recordo é do Bloco 6. E Bloco 6 refere como; "Eventuais Eventos a Realizar no Município de Albufeira", para o qual determina um valor de cinquenta e dois mil euros mais IVA. E portanto a pergunta que faço é: Quais os eventos uma vez que não estão discriminados? E qual o valor hora, ou qual o valor rácio para este tipo de actividade? Portanto, o que me parece por exemplo num ano, num curso infelizmente devido à pandemia estes valores não foram com certeza despendidos mas o que me custa nestas circunstâncias é verificar que não há uma definição precisa, ou dos eventos ou da forma como é feito o pagamento caso um evento ou outro venha a ocorrer, e portanto



permitindo assim que este valor fique em branco e que não haja uma definição correta. Mas de qualquer das maneiras iremos votar a favor". -----

Presidente da Câmara: "Os eventuais eventos é mesmo isso, é eventuais eventos. Aqueles que puderem ser realizados ou que se forem realizados tendo em conta não muitas vezes há necessidade de fazer eventos que não são programados à partida, e outros pois irão ser feitos e por outras vezes, nó temos, não se esqueçam que temos o vinte de Agosto, temos a Passagem de Ano, temos o Festival Albuhera, temos uma série deles que vão ocorrendo. O ano de dois mil e vinte e um esses eventos acontecerão? À partida sim., esperamos que sim. Relativamente aos cálculos do valor hora pois evidentemente é igual aos outros, pois o caderno de encargos está feito por forma a que tudo seja num valor base, não sei exatamente qual é mas está lá escrito no caderno de encargos e que deu aquele valor dos quatrocentos e qualquer coisa, é isso". Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### PONTO DEZASSETE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para "Fornecimento Contínuo de Materiais de Canalização", até ao limite de 71.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----



Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### **PONTO DEZOITO**

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para "Aquisição de Serviços de Limpeza no Complexo das Piscinas Municipais e de Sete Pavilhões Desportivos em Albufeira", com o preço base de 38.211,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01): Cândido Reigado. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

### **PONTO DEZANOVE**

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, bem como nos n.s 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, referente ao Concurso Público para "Empreitada de Execução do Canil Municipal"; com o preço base de 699.999,89€ + IVA; -----



O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Roberto Raposo: " Boa noite a todos. A minha questão era só a seguinte; o que é que contempla esse valor do canil? Que tipo de equipamentos, se vai ter veterinário, clinica, o que é que consiste o canil? E para quando chegar a verba para quantos animais é que vai servir? -----

Presidente da Câmara: "Senhora Vereadora peço-lhe a palavra". -----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Boa noite a todos. O projeto deste canil vem de encontro às necessidades que desde há muito tempo que avassala este Município relativamente à questão dos animais errantes. Respondendo à questão do Senhor Deputado, fizemos questão de corar o projeto para responder justamente à parte da recolha animal e também a um conjunto de serviços. Serviços de Veterinário com salas de cirurgia, de forma a conseguirmos implementar ali um "dois em um" para dar resposta, e também de encontro ao que já foi aqui dito, tentarmos centralizar ali os serviços sem que de forma compulsiva tivéssemos que recolher aos serviços externos, e podermos neste caso não, responder ali como já disse, responder ao privado. Isto é composto por quatro módulos, um deles destinado com essa área toda, como já disse, para responder às necessidades ..veterinária, composta por salas de cirurgia, recobro, maternidade, ou seja, tudo isto de acordo com o que a legislação nos impõe. Há também uma área destinada aos profissionais que lá trabalham, também precisam de uma área para terem o máximo de conforto com balneários, etc., por forma a que se sintam bem neste trabalho diário tão duro, mas que fazem de alguma forma com todo coração. Depois temos uma outra área, dois blocos que é composto pelo B e o C que tem vinte e seis selas e vinte e duas selas que vão dar resposta a sessenta e cinco animais e uma cinquenta e cinco, estamos só a falar de cães, nós só temos ...lá. Temos ainda depois o bloco D que são as selas portanto para animais que têm necessidade de ficar em quarentena de raiva, por isso têm de ficar afastados de toda esta área. Basicamente é isso, vamos ter também uma sala, é uma sala multiusos onde para além de podermos receber as crianças que geralmente agora neste período, cá está, estamos todos condicionados mas geralmente visitavam o canil e faziam ações de sensibilização e também aí criar o espaço para receber os munícipes, porque o nosso



foco é muito a adoção e termos ali uma sala preparada para todos esses feitos. Obrigada". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

#### PONTO VINTE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, bem como nos n.s 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, referente à Candidatura "Remoção de Fibrocimento na Escola Secundária de Albufeira, no âmbito do Aviso ALG-73-2020-14"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



### PONTO VINTE E UM

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, bem como nos n.s 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, referente à Candidatura "Remoção de Fibrocimento na EB 2,3 D. Martim Fernandes, no âmbito do Aviso ALG-73-2020-14"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

#### **VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Ausências: uma (01): Ana Cristina Oliveira. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

### PONTO VINTE E DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente ao Contrato de Concessão e Fixação das Respectiveas Condições Gerais do "Concurso Público Internacional para a Concessão da Rede de Transportes Urbanos de Albufeira (Rede Giro)"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, este é um ponto que na sequência daquilo que havia referido há pouco demonstra o que tem vindo a ser esta estratégia. O que eu quero dizer com isto é o seguinte: é que este concurso que tinha vindo a esta Assembleia ou que tinha sido programado para ter um custo de cerca de dezanove milhões de euros vem agora com um custo de cerca de vinte e oito milhões. Que dir-se-



á dizer bem, que os custos são diferentes, poderemos ter realmente aqui situações em que as empresas não concorrem, aqui está efetivamente aquilo que eu pretendia referir há pouco. É que não concorrendo as empresas e não tendo a câmara Municipal a capacidade de prestar estes serviços estamos em situação de não direi de chantagem mas direi de dificuldade em conseguir rebater estas situações. Eu quero aqui deixar bem claro que o Partido Socialista não está contra o Giro nem entende que a população não deva ter o Giro, muito antes pelo contrário, está a favor e deu propostas no sentido que o Giro tivesse até componentes diferentes e que fosse gerido de forma diferente, e essa é realmente a nossa intenção até para que não ficássemos realmente reféns desta situação. Pois eu agora passo a referir; vinte e oito milhões de euros para o Giro, cerca de quarenta e cinco a cinquenta milhões de euros para os lixos, mais via lancha, mais todos os outros serviços que são dados a empresas exteriores, isto demonstra que nós vamos ter uma fatura anual que chegará a um ponto em que para além de se pagar os salários se pagará a fatura atual e basicamente a Câmara Municipal será uma repartição onde recebe a faz o pagamento. E portanto, investimento que seja necessário fazer para a cidade, investimento em obras originais e necessárias deixará de existir. E portanto é nessa perspetiva, e digamos que o ponto vinte e três e o ponto vinte e quatro e já agora permitindo ao Senhor Presidente falar também sobre o ponto vinte e quatro que faz referencia à mesma questão, é de que mais uma vez entendemos que esta estratégia não só do Giro mas de todas as outras concessões que estão e venham a ser feitas não é realmente a estratégia fundamental para a Câmara Municipal. E daqui a uns anos vão realmente verificar com a necessidade de o facto de termos neste momento, não me quero enganar, mas os números são cerca de mil e cem funcionários na câmara Municipal e para a prestação dos serviços que muitas vezes vão ser os essenciais não temos efetivamente pessoal para o efeito. Dir-me-á o Senhor Presidente como sempre disse que tem sido a resposta, de que quando se abre os concursos eles efetivamente ficam desertos. Bem, mas para isso há formas. Nomeadamente e voltamos à questão, a criação de uma empresa Municipal ou empresas em que a Câmara Municipal tenha a maioria e que possa efetivamente assim contratar pessoas por valores superiores e nessa perspetiva não é necessário contratar as empresas exteriores. Bem, dá um pouco mais trabalho de facto, gerir mais pessoas, é mais difícil, se calhar é mais fácil ter uma perspetiva do outsourcing. Mas é essa a perspetiva que eu quero aqui referir e quero aqui deixar que o voto da Bancada do



Partido Socialista será a abstenção, não porque não concorda com o Giro, não porque não concorda com os lixos noutra perspetiva, mas que não concorda com a forma como o mesmo está a ser feito, e mais, no que respeita ao Giro pede-se aqui uma oportunidade de ele ir a todo o Município, nomeadamente a Paderne e resolver os problemas deste concelho que bem precisa. Muito obrigado". -----

Gaspar Meirinho: "Boa noite a todos. Pois eu tive a ouvir aquilo que ficou aqui dito, o que é certo é que o executivo não é composto só por membros do PSD, é composto também por membros do PS. E o que é certo também é que a questão da dissertação destes concursos públicos não são ultrapassáveis. Foi levantada aqui, ou adulterada aqui pelo Deputado Francisco Oliveira a criação uma empresa. Está bem, Albufeira se calhar há umas décadas atrás, quatro décadas pelo menos, tinha Varredores de Rua, tinha Calceteiros, tinha uma série de profissões que hoje feliz ou infelizmente poucos querem exercer. Eu creio que a criação da empresa não vai trazer nenhuma novidade quanto a isso, não vai ser por aumentar mais cem ou duzentos euros no ordenado que as pessoas vão querer vir desempenhar essas funções para o Município. Se calhar o desafio passava por em conjunto os executivos do PSD e do PS encontrarem uma forma de conseguir cativar as pessoas para os concursos. Porque a criação de uma empresa, falando por exemplo da recolha de lixo que foi levantada aqui, vai implicar investimento na aquisição de maquinarias, depois quando essas maquinarias tiverem adquiridas vais implicar o investimento na manutenção das maquinarias, depois vamos ter que ter uma oficina para fazer a reparação porque também não podemos fazer *outsourcing* para a manutenção das maquinarias e isto vai continuar a ser a mesma bola de neve e não vais resolver aquilo que é o problema imediato dos munícipes que é terem o lixo tratado e que é terem acesso aos serviços do Giro e a todos os serviços que na era que felizmente ou infelizmente estamos a viver só se conseguem obter por via do *outsourcing*. Portanto essa solução salvo o devido respeito pela opinião diversa parece uma falace. Tenho dito". -----

Presidente da Câmara: "Pois, já está respondido, Gaspar Meirinho fez o favor de tirar o meu raciocínio que é idêntico, são modelos diferente e são modelos eventualmente todos possíveis, mas entende-se que um é melhor que o outro, ou não, isso agora. Mas pronto". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----Votos contra: zero (00) -----Abstenções: onze (11) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Raquel Reis, Pedro Coelho, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Leonardo Paço, Roberto Raposo e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----Votos a favor: catorze (14): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Rui Gago, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

**PONTO VINTE E TRÊS**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Assunção do Compromisso Plurianual do "Concurso Público Internacional para a Concessão da rede de Transportes Urbanos de Albufeira (Rede Giro)"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----**VOTAÇÃO:**-----Votos contra: zero (00) -----Abstenções: treze (13) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Raquel Reis, Pedro Coelho, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Leonardo Paço, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----Votos a favor: doze (12): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Rui Gago, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

**PONTO VINTE E QUATRO**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, no âmbito da alínea q) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, da "Proposta de desvio de caminho público, na Ilha da Madeira, Freguesia da Guia; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "Vou fazer uma breve resenha deste assunto. Tome-se atenção que saíram dois membros se faz favor, Miguel Pinheiro e Roberto Raposo. Na última Assembleia já foi alvo de discussão, só para fazer aqui a resenha do sucedido, foram convocadas os Senhores Líderes das respetivas bancadas para estar presentes e em relação a isso estiveram presentes o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Dinis Nascimento, o Senhor Deputado Leonardo Paço, O Senhor Deputado em substituição, Rui Gago, eu, as Senhoras Engenheiras. Encontrámo-nos no local e depois feita a explanação e aparentemente todos elucidados ainda assim sexta-feira passada, eu, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guia e as Senhoras Engenheiras, fomos ao local falar com o reclamante da proposta. Aferiu-se o seguinte: o senhor fez efetivamente as reclamações que são conhecidas no âmbito do processo, é apenas coproprietário, digo assim, porque o Senhor referiu ser proprietário com o irmão da propriedade e nessa sequência o Senhor fez alusão de estar umas árvores e uns marcos fora de sítio, solicitou-se à Câmara Municipal envio das fotografias aéreas que os senhores tiveram conhecimento, não sei agora as datas, mas sei que a mais antiga de dois mil e dois, e instadas e aqui tomei sem abuso de funções Senhor Presidente a liberdade de enviar diretamente às Senhoras Engenheiras as respetivas fotografias que deram a opinião que os senhores também têm em mão, de que, o caminho que lá está não podia 2.04.05 com a implementação do terreno deste Senhor reclamante. Posto isto, ainda assim Senhor Presidente, eu gostaria que a Senhora Engenheira tomasse a palavra para nos explicar aqui as questões técnicas, porque isto é meramente técnico, que é para depois seguirmos à parte política. Se fizer o favor Senhora Engenheira. Muito obrigado. -----

Engenheira Fátima: "Olá muito boa noite. Portanto, colocadas as questões aqui da Assembleia, foi solicitado ao Serviço de Topografia da Câmara para fazer o levantamento das parcelas de terreno, portanto os limites adjacentes onde se encontra implementado o caminho aqui em causa, e a conclusão a que esse levantamento topográfica chega é que este desvio estará implantado fora da zona do terreno do reclamante. Posto isto fomos ao local, ora ouvimos algumas declarações da pessoa que reclamou, entretanto fomos então avaliar as fotografias aéreas e da avaliação das plantas de dois mil e dez e dois mil e dezasseis pode-se verificar que em dois mil e dez o desvio ainda não existia e que em dois mil e dezasseis o mesmo já existe em terra,



portanto não pavimentado. E da observação das plantas verifica-se que a implantação é semelhante à planta efetuada pelo fotógrafo e que contrariamente ao referido pelo reclamante as árvores que existiam e dois mil e dez continuam a existir em dois mil e dezasseis no terreno que é do reclamante. Portanto, aparentemente nenhuma das árvores do mesmo foram destruídas, ou removidas, ou deslocadas pelo proprietário do terreno adjacente onde foi feito o desvio, o atual traçado do "Caminho da Ilha da Madeira". Portanto havia a questão árvores e a questão portanto da zona de implantação. E a zona de implantação pela observação das fotografias aéreas aparenta realmente estar na totalidade dentro do terreno do vizinho, da pessoa que agora apresenta queixa. Ou seja, todos os elementos apresentam sempre a mesma conclusão que é o facto de o "Caminho da Ilha da Madeira" estar implantado na sua totalidade dentro do que o proprietário se propôs a fazer o desvio pelos limites do seu terreno". -

Francisco Oliveira: "A questão relativamente a este assunto, aliás, que tem vindo a esta Assembleia já correntemente, penso que duas ou três vezes e que foi retirado, tem a ver com o procedimento do processo, como o mesmo foi desenvolvido, ou seja, ainda não aprovado, ainda não deliberado por esta Câmara Municipal e já a Câmara Municipal tomou a iniciativa de o alcatroar e portanto resolver a questão. Por outro lado desapareceram dois marcos, não se sabe muito bem como, há uma reclamação da parte do reclamante vizinho que supostamente teria ficado prejudicado com alguns metros do seu terreno, e portanto todo este processo é um processo que começa ao contrário. Portanto começou-se com a casa pelo telhado e temos nessa perspetiva o processo. Pelos vistos e pela análise que a Senhora Engenheira fez eventualmente pode não haver aqui qualquer prejuízo mas a verdade é que o que acontece é que há realmente um procedimento que está incorreto e que foi feito de trás para a frente. E nesse sentido eu irei abster-me, alguns membros da minha bancada irão abster-se e dei a liberdade de voto, e portanto à liberdade de voto nesse sentido, mas não posso pactuar realmente com um procedimento que não está correto". -----

Leonardo Paço: " Boa noite a todos. Eu fui um dos que foi visitar o caminho, devo dizer desde já que vou votar a favor, mas vou votar a favor porque realmente acho que o promotor não teve culpa desta trapalhada toda que a Câmara Municipal de Albufeira fez nesta situação e como tal acho que não deve ser mais prejudicado. Pois esta é a terceira vez que este ponto vem a esta Assembleia, tendo sido a primeira vez em Fevereiro deste ano e no fundo o que está lá para ser feito não avança porque andamos



aqui às voltas com este ponto. É só para dizer que vou votar a favor, esta é a minha declaração de voto".-----

Dinis Nascimento: "Muito boa noite a todos. Em relação a este ponto que já veio três vezes aqui a esta Assembleia, como o Senhor Presidente disse e muito bem, tivemos lá na sexta-feira passada e aquilo que o queixoso diz neste caso, é que, realmente que desapareceram alguns marcos, e que já foi falado aqui, e que uma parte do caminho está no terreno dele. A Senhora Engenheira explicou com as plantas e isso tudo, mas eu, tendo em conta a explicação do Senhor no terreno, no terreno que alguns dos marcos foram alterados outros desapareceram e tendo em conta a explicação aqui da Senhora Engenheira eu também vou abster-me neste ponto. Obrigado".-----

Presidente da Assembleia: "Também vou fazer declaração de voto ao contrário, justificando o voto favorável dum ponto de vista meramente técnico. Todos os que se dirigiram ao local da primeira vez ficaram com impressão de que o caminho estava implantado de acordo com o levantamento topográfico, as explicações técnicas, que o caminho estava implantado dentro do terreno de requerente, na sexta-feira levantou-se a questão do reclamante que se fez alusão à indicação dos marcos, mas os marcos apontam para a colocação, ou seja, a existência dos marcos que se verifica aponta para a verificação topográfica feita pelo Senhor Topógrafo da Câmara Municipal, ainda assim foram feitas a pesquisa das três fotografias para que fossem removidas as dúvidas por parte do reclamante. Se eu não tinha nenhum levantamento topográfico, já foi alvo de várias reclamações, chega aqui, e eu aqui vou fazer uma não compilastes mas uma locução muito simples e concisa relativamente a isto. A questão meramente técnica, porque é, não vou por em causa os procedimentos, isso levar-nos-ia não àquilo que é a deliberação mas a outras considerações que não foi levantada durante as três vezes que o ponto veio aqui. Ou porque das outras vezes o ponto foi removido por haver aqui uma dissonância entre o que seria os limites de um terreno e do outro, ninguém pôs em causa o procedimento, correto ou não, ou que se aceita ou não, a verdade é que foi feito com aquilo que nós temos e que vemos que foi feito com autorização por parte do requerente, ainda assim, ainda que se tenha começado de forma inversa a verdade é que nós ou aprovamos e sancionamos a situação ou depois não temos nem uma coisa nem outra e eu não consigo, faço aqui inversão do auge da prova, eu não consigo ter elementos para infirmar aquilo que é posto por parte dos serviços, parte daquilo que a Senhora Engenheira aqui nos transmite e portanto o meu



voto vai para a informação técnica que eu tenho, que nós temos, que esta Assembleia Municipal tem, que eu não consigo fazê-lo de outra forma, em termos profissionais, em termos de conhecimento não consigo infirmar esta informação e como tal vou votar favoravelmente esta alteração". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

#### **VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: oito (08), Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Raquel Reis, Pedro Coelho, Maria Emília Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: três (03), Ana Ramos, Roberto Raposo e Miguel Pinheiro. -----

Votos a favor: catorze (14): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Rui Gago, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

### **PONTO VINTE CINCO**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 10º do decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, do "Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2020-2029"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

#### **VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01), Francisco Guerreiro. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e



Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----  
 A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

### PONTO VINTE SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança para o Centro de Saúde de Albufeira", pelo valor proposto de 3.317,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Ausências: uma (01), Francisco Guerreiro. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

### PONTO VINTE SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Locação de WC`s para o Mercado Quinzenal de Janeiro", pelo valor proposto de 740,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Miguel Pinheiro: "Sobre esta questão dos WC`s para o mercado quinzenal, eu recordo-me, não sei se foi em Assembleia se foi em reunião de Líderes que uma das pessoas que tem lá a banca tinha-se queixado que as casas de banho não eram suficientes e que sugeriu a construção de casas de banho permanentes. Isso seria possível ou vamos



continuar com casa de banho amovíveis e que não são, vamos lá ver, por uma questão de uma pessoa de quinze em quinze dias está a trabalhar e está ali durante muitas horas não é muito digno estar a fazer uso das casas de banho portáteis. Obrigado". -----

Presidente da Câmara: "A razão é muito simples. Porque é que não há casa de banho definitivas, é porque o terreno não é Municipal. E o terreno não sendo Municipal com certeza que não estaremos autorizados a contruir construções definitivas em cima desse mesmo terreno. Enquanto lá estiver, espera-se que a qualquer momento saia de lá o mercado, não é fácil que saia pois já tem muitos anos. Mas era melhor que fosse definitivas, com certeza que sim, mas só se fosse propriedade do Município, que não é. É só". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01), Francisco Guerreiro. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

### PONTO VINTE E OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura "Instituto de Emprego e Formação Profissional - Contrato de Emprego-Inserção (CEI) - Centro de Bem Estar Animal - Prorrogação do Processo 047/CEI/20 IEF".-----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Miguel Pinheiro: "Senhor Presidente, na última Assembleia tivemos a renovação de um contrato deste tipo, nesta Assembleia temos outro novo contrato deste tipo.



Esperemos que isto não seja o novo método de contratação de funcionários da Câmara Municipal. Porque isto é uma situação claramente precária e se há falta de pessoal que se contrate". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

#### **VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01), Miguel Pinheiro. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Reis, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Rui Gago, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Hugo Aires, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Presidente da Assembleia: "E peço-vos só aqui a vossa paciência mais um minuto. E isto será enviado a todos os Membros, vou tentar que seja ainda hoje, para que todos fiquem com a mesma informação. Fizemos doze Assembleias Municipais em dois mil e vinte, quatro foram à segunda-feira, quatro foram à quarta-feira, três à quinta-feira e uma à terça-feira. Doutor Francisco Oliveira faltou a duas, portanto não está assim tão desigual como pensava."-----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Presidente da Assembleia: "Não sem antes desejar a vós e às vossas famílias e aos nossos, um Bom Natal, meus senhores se fizerem favor, é só uma questão; Os Senhores falaram, eu estive sentado, não me levantei, eu estava a acabar e ainda por cima, é uma questão no mínimo de elegância. É uma questão de elegância, até pode ser falta minha. Mas eu estava a desejar um Feliz Natal e os Senhores levantaram-se. Meus Senhores e minhas Senhoras gostaria de vos desejar e às vossas famílias, um Feliz Natal e esperemos seja um excelente Ano de dois mil e vinte e um. Da parte da mesa nós estamos aqui ávidos do debate político, intenso, completo, mas queremos encontrar-vos todos em saúde e em segurança com os vossos. Muito obrigado, um Bom Ano, Feliz Natal". -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:00 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----  
-----

Albufeira, 21 de Dezembro de 2020 -----  
-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_  
-----

A PRIMEIRA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_  
-----

A SEGUNDA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_  
-----

